



A GREVE DE 2000

LEMBRANÇAS EMOCIONADAS E UM BALANÇO CRÍTICO

Flávio Aguiar

Professor da FFLCH-USP, ex-presidente da Adusp
e membro do Conselho Editorial da Revista Adusp

Fotografias: Daniel Garcia

A greve do ano passado — a frase não é minha — foi uma greve de ficar para a história. Em que pese ter havido momentos terrivelmente tensos, dramáticos, amargos, foi uma greve cuja lembrança traz uma sensação de bom humor e bem-estar. Não apenas porque o movimento venceu, e venceu em todos os campos: econômico, político e cultural. Mas também porque foi uma greve cheia de alegria. Foi uma greve que deu certo num momento difícil para o movimento sindical em São Paulo, no Brasil e no mundo inteiro. É uma greve de dar orgulho a quem com ela se envolveu e que deve ser lembrada como referência — não apenas por nós, das universidades estaduais paulistas, mas por todo o movimento sindical brasileiro.

Mas... há sempre a hora do “mas”. Desta vez não é aquele do advogado do diabo, de dizer “sim, o santo é santo, mas...”. Este “mas” aqui é o de lembrar que, ao lado da lembrança emocionada, deve haver também o balanço crítico, ou melhor dizendo, analítico. Quanto aos motivos da greve, seus objetivos, a argumentação política, os boletins e as páginas na Internet, publicados pelas entidades envolvidas, as entrevistas dos diretores e lideranças do Fórum das Seis nos deram farto material a considerar, e no calor mesmo da hora, enquanto a greve começava, prosseguia e depois terminava vitoriosa. Quero agora, um ano depois, considerar a nossa greve de um ponto de vista pragmático: por

que, afinal, ela foi vitoriosa? Por que o movimento *venceu*?

Isso mesmo: na greve do ano passado, se cavocarmos bem na lembrança, desentranharemos a sensação de que expressões (tão usuais em outros casos) como “*é, conseguimos alguma coisa*”, ou “*tivemos vantagens organizativas*”, desta vez não se aplicam, embora seja verdade que tenhamos conseguido alguma coisa, pois a greve não obteve tudo o que pedíamos, e também que tenhamos avanços na organização. Mas as expressões permanecem insuficientes. A sensação é de que o movimento, de fato, *venceu*.

Explico agora o que quero dizer com “ponto de vista pragmático”. Para ilustrar esse aspecto, vou recorrer a um exemplo histórico — e cinematográfico. Imagino que os leitores destas linhas conheçam o episódio da revolta de gladiadores na antiga Roma, liderada por Spartaco, e tenham visto ou pelo menos ouvido falar do filme *Spartacus*, de Stanley Kubrick, com Kirk Douglas, Tony Curtis e Charles Laughton. Não, não quero dizer que o Cruesp, Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, fosse o Império Romano e nós os seus escravos. Quero ater-me à situação, ao jogo complexo, que evocamos da história ou vemos no filme.

Quem vê o filme põe-se ao lado dos escravos em revolta, pois eles têm todas as razões deste mundo: lutam pela própria vida e pela liberdade, querem tornar-se sujeitos e deixar a condição de objetos, querem obter justas retribuições pelo trabalho que executem. Pois

bem, mas acontece — e aqui o “mas” é grave — que o Exército Romano, em favor do desígnio político de seus chefes, tem melhores generais, tem soldados absolutamente disciplinados, tem melhor conhecimento do terreno, melhor equipamento, está numa posição vantajosa e seja lá por que meios forem, ganha o apoio de exércitos de suas províncias, da África à Ibéria, além do apoio do Senado e da plebe romana, contra os escravos e os gladiadores que os chefiavam.

Os escravos lutam com ardor, paixão e coragem comoventes, mas estão isolados, apertados de encontro ao mar, traídos pelos comerciantes fenícios que os deveriam transportar para a África. O desfecho é inevitável, por mais razões que a nossa razão reconheça e o nosso coração apóie. Há um detalhe particularmente doloroso nisso: o que levou os escravos àquela posição foi também o seu próprio objetivo, que não era o de se contrapor ao Exército, mas o de fugir para a África. Isolaram-se na fuga — inclusive dos outros escravos.

Voltemos a São Paulo, Brasil. Penso que a vitória da greve de 2000 começou na verdade na greve também histórica mas derrotada de 1979. Lá, *in illo tempore*, como no caso dos escravos de Roma, o objetivo da greve — 70% mais dois mil — também contribuiu para a derrota do movimento. Maluf, que era o governador, deu os dois mil e ficou com os 70%, e com isso isolou a parcela mais aguerrida dos grevistas de uma outra parcela, menos aguerrida, mais frágil e não raro mais pobre, rachando o movimento.



As condições políticas, econômicas e administrativas daqueles tempos eram muito diferentes: não havia o decreto da autonomia concedendo o percentual do ICMS às universidades, a ditadura militar começava a declinar mas ainda imperava, não havia Constituição de 1988, as universidades dependiam diretamente do gabinete do governador etc. Mas desde então, a partir daquela derrota, o movimento nas universidades, através de suas entidades representativas e lideranças, em suas sucessivas vicissitudes e formas de luta, foi aprendendo com os erros, coletando informa-

ções, refinando instrumentos de análise, consolidando pautas reivindicatórias, foi em suma acumulando uma *memória* que instruiu o presente. No caso da nossa Adusp isto é tão evidente que no correr da greve do ano passado surgiram até brincadeiras como a de que um dia ainda haverá uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Economia e Administração, *A arrecadação no Estado de São Paulo segundo a Adusp de 1979 a 2000 e não sei quanto*. No caso das administrações universitárias, por alguma curiosa razão, isso não aconteceu.

Isto criou, a meu ver, a primeira

condição de vitória do movimento. Havia um descontentamento enorme e amplo, individual e coletivo, com a situação salarial. E havia uma massa informativa acumulada durante anos, e mobilizada em função da situação presente pelas direções das entidades, que mostravam com bons argumentos e metodologia sofisticada porém acessível, mesmo para leigos em astrologia numérica como eu, que *era possível obter uma melhoria salarial significativa e ampla para as três universidades*. Do outro lado, do lado do Cruesp, os argumentos não só não convenciam; pareciam toscos, des-

“Após a derrota da greve de 1979 o movimento nas universidades foi aprendendo com os erros, coletando informações, refinando instrumentos de análise e acumulando uma memória instrutiva”

tituídos de poder analítico. Não eram argumentos: eram afirmações que buscavam convencer e impor-se pela brevidade e pelo *a priori*. Isto criou ou consolidou uma barreira logo de início entre os comunicados do Cruesp e aqueles a quem eles visavam convencer, os diretamente interessados, professores e funcionários das universidades.

A segunda condição de vitória do movimento nasceu da coesão entre as partes, de um lado, e o isolamento entre as partes, do outro. No caso do movimento, a coesão começou a nascer com a qualidade da pauta de reivindicações definidas: ao contrário de outras vezes, esta não era quilométrica, abrangia poucos pontos, fundamentais é verdade, e sobretudo compreensíveis, objetivos e *universais*. Não estou rasgando seda para as direções dos movimentos, embora elas tenham méritos de sobra na sua condução.

Neste ponto, para quem acompanhou as assembléias, ficou claro que o trabalho *da base* foi fundamental (não somente aquele que a militância chama *de base*). Nossas bases têm saber acumulado. Ele pode ser desigual, pode estar dormitando por vezes, mas quando em parágrafo anterior eu falava de uma *memória*, estava falando de uma memória preservada nos arquivos e direções, mas também preservada pelas bases.

Olhando-se para o outro lado, a impressão evidente era muito outra. Era claro desde sempre que não havia coesão no Cruesp. Cada reitoria tinha uma política própria, com propósitos próprios, a que os comunicados lacônicos e inconvincentes sobre a impossibilidade de dar melhor reajuste imediato não davam liga. Aqui, o caso da Universidade de São Paulo merece consideração particular. A propos-

ta, então acenada, de reajustes diferenciados conforme produtividade e desempenho, ao contrário de sustar, fortaleceu o movimento. Devo registrar que a considero equivocada do ponto de vista conceitual, mas além disso ela demonstrou ser absolutamente inadequada, naquele momento, como alternativa à proposta unificada do Fórum. Porque, entre outras coisas, a *memória* que se guardava dos últimos anos era extremamente amarga, com uma união perversa de baixos salários com condições de trabalho em franca piora, multiplicando-se os encargos, as salas de aula transbordando de gente, graças à série de aposentadorias não repostas e a outros fatores.

Aqui entrou em cena outro fator decisivo. Em que pesem as tensões e a diversidade de estilo e proposições entre diferentes setores do movimento, as bases em sua



esmagadora maioria apostaram no Fórum construído ao longo dos anos, como instância organizativa, de discussão política e de encaminhamento das reivindicações e propostas de ação. E bases e direções concentraram-se, também em esmagadora maioria, numa estratégia consistente e insistente de negociação, pondo como objetivo central a obtenção de uma política salarial que cobrisse o ano e servisse de base para o futuro. Fez-se de tudo pela negociação, de soltar balão em frente à Reitoria a reunir a comissão de professores notáveis, quando a situação parecia desesperadora, já no final do movimento. Mas a adoção da estratégia rendeu frutos.

Do outro lado, via-se o oposto. O Cruesp não exalava entendimento interno. E a forma lacônica e pontual de tratar toda a questão expunha uma aposta contrária, uma recusa à negociação. Uma negociação, afinal, não é apenas lançar um número, esperando que ele “pegue”, ou “cole”. Uma negociação é aquilo que no final acabou acontecendo: é um processo, implica na adoção de parâmetros aceitos pelas partes e de definições atendendo aos conflitos e convergências dos interesses em questão. As negociações, como se sabe, vararam as noites, e as de 2000 acabaram varando, como deveria ter acontecido desde o início.



Por que não aconteceu? Estava no ar, a partir do Palácio do Planalto, uma interpretação de que as greves de 2000 tinham caráter “político” porque o ano era eleitoral, e que os movimentos tinham assim datas previamente marcadas para começar e terminar e que então não adiantava negociar ou oferecer mais antes do dia *x* (não me lembro mais qual) porque as propostas seriam sempre recusadas. De alguma forma esta interpreta-

ção veio a aterrisar no nosso pedaço. E aliou-se à idéia de que o que se poupasse na negociação direta poderia ser utilizado na implantação de outros tipos de projeto — como o dos reajustes diferenciados que, no início, excluía inclusive os inativos. Ou seja: o outro lado não conseguiu reconhecer a natureza do movimento, que era político sim, como mais adiante espero mostrar, mas nada tinha de eleitoral, nem mesmo eleitoral. **O Pro-**

*“Estava no ar a interpretação de que as greves de 2000 tinham caráter ‘político’ porque o ano era eleitoral, e de que então não adiantava negociar ou oferecer mais antes do dia *x*”*



blema, assim com maiúscula, era mesmo o salário de todo mundo. O Fórum conseguiu de fato organizar este sentimento, através de uma política de comunicação transparente e muito eficiente.

Aqui novamente levanta-se um fator em que a situação da USP merece um comentário à parte. À medida em que o movimento prosseguia, se ampliava, se consolidava e depois de algum tempo, é verdade, dava sinais de cansaço, a sua situação real e as implicações políticas que ele levantava eram amplamente discutidas em todos os cantos. Criaram-se as Aulas na Greve, grande fator de debate e congraçamento: a universidade, em plena

greve, parecia de fato uma universidade. Veio a repercussão na imprensa que, desta vez, deu uma certa acolhida ao movimento, talvez de olho na gravidade da coisa e em sua credibilidade junto a parte significativa de seus leitores. Passeatas, músicas, espetáculos de teatro, dança, alegria, tudo ajudava, em meio ao cansaço, a criar uma atmosfera de proximidade e comunicação.

Enquanto isso, a Reitoria se isolava e a política de comunicação simplesmente não funcionava. As discussões provocadas pela greve demonstraram, já de início, o isolamento da administração de instâncias de sua própria universidade. Subitamente a Comissão de

Orçamento e Patrimônio veio a entrar em cena, numa discussão que ela deveria ter acompanhado desde sempre. Diretores de unidade reuniam-se buscando propor alternativas à administração e ao movimento. Os boletins da administração, procurando ser uma alternativa de informação, provocavam o efeito contrário: levantavam manifestações de repúdio por todo lado, ou seja, contribuíam para o isolamento.

Depois vieram as medidas repressivas: cortes de ponto seletivos (e sobre a parcela mais pobre do campus), pedidos de listagens. Resultado: mais isolamento. O argumento principal para negar-se à negociação era o controvertido piquete em frente à Reitoria — fator de tensão, sem dúvida, entre os próprios grevistas. Mas assim a administração recusou, semanas a fio, o único caminho que podia de fato flexibilizar ou até levantar de vez o piquete: a abertura de um processo de negociação que tivesse de fato, por horizonte, um acordo.

Esse isolamento e o confronto chegaram ao auge na sexta-feira, dia 9 de junho, quando, conforme deliberação da assembléia de 8 de junho, reunida uma comissão de professores notáveis na sede da Adusp, ela não foi recebida na Reitoria. Quem esteve presente nestes momentos, e naquele fim de semana, lembra-se do pasmo e da consternação. Pasmo: como era isso possível? Consternação: o que restava fazer então? Não sei o que aconteceu naquele fim de semana. Acho que alguém se deu conta na Reitoria de que a administração



podia até levar um movimento tão amplo e consolidado a um impasse e a uma derrota salarial, mas ia ficar falando sozinha pelos próximos dois anos. Na segunda-feira a Comissão fez um depoimento extraordinário na assembléia da Adusp, do qual a credibilidade da direção do movimento e seu empenho em negociar de fato saíram intactos. A greve, que parecia derrotada no fim de semana, reanimava-se na semana que se abria, e em clima de vitória: a comissão, afinal, cumprira seu papel, o Cruesp reabria as reuniões, a semana era de negociação, esta houve, e as três universidades paulistas conquistaram uma política salarial para 2000-2001 e, esperamos, para o futuro.

Já falei da proposta, da coesão, da comunicação e de uma série de outras coisas. Mas não falei ainda do mais importante: a entrada em

cena dos estudantes. Não estou menosprezando os outros fatores. Digo o mais importante porque inesperado — assim como a intensidade da greve também foi inesperada.

No longínquo ano de 1979, lá pelo décimo-quinto dia de greve, alguém no Comando teve a luminar (e ali, trágica) lembrança: onde estão os estudantes? A universidade estava vazia, essa era a verdade, de um de seus elementos primordiais, e potencial aliado dos movimentos então em luta. Sem pensar no assunto, mais por omissão do que de propósito, nós, daquele movimento, simplesmente mandáramos nossos aliados para casa. Desta vez não. Desta vez eles entraram em cena com uma presença tão marcante como nunca houve em movimentos semelhantes nas universidades, nos últimos anos. Entraram em cena com suas reivindicações, seu estilo,

conseguiram reuniões com a administração, insistiram na política de contratação e transformaram, assim, o que poderia ter sido a vitória — significativa, sem dúvida — de duas categorias numa vitória das universidades como um todo.

Tudo isso, lembremo-nos também, num contexto que já disse difícil para o sindicalismo e os movimentos coletivos, e conturbado no caso de São Paulo, onde o governo do Estado reprimia com truculência patética manifestações na Avenida Paulista — o que nos lembrou da greve de 1988, dos anos de chumbo de 1968, e também aumentou o teor de coesão.

Disse no começo do artigo que a greve fora vencedora nos planos econômico, político e cultural. Que o foi no plano econômico, confesso que sinto a cada mês, embora nossos salários ainda sejam indeseja-

“Os estudantes entraram em cena com presença marcante como nunca houve nos últimos anos, e transformaram a possível vitória de duas categorias na vitória das universidades como um todo”



velmente baixos. Mas a principal conquista da greve foi a de provar que é possível construir uma política racional de recuperação do poder aquisitivo dos salários, e conjunta para as três universidades, aliada a uma política de reposição de quadros, coisa que a entrada em cena dos estudantes favoreceu decisivamente. Basta que se assente a negociação como modo de relacionamento entre as partes, e no espaço construído para tanto, que é a reunião entre o Fórum e o Cruesp.

No plano político (e toda a greve tem um caráter político — que não se confunde com eleitoral) a greve abriu, em todas as universidades, novos patamares de diálogo institucional, e entre a instituição e os movimentos. No caso da USP, a greve abriu o caminho para a realização do 4º Congresso de estudantes, funcionários e docentes. A Reitoria

abriu seu próprio Fórum de debates sobre a universidade, reagindo ao isolamento em que ficara. E os estudantes, ao final do ano, conquistaram — ainda que não exatamente da forma inicialmente reivindicada — o direito à autonomia na escolha de seus representantes institucionais. Pelo menos a legitimidade da reivindicação foi amplamente reconhecida, podendo-se vir a discutir as formas de compatibilizar o princípio com estatutos e regimentos, e estes com aquele: o 4º Congresso está aí também para isso.

No plano cultural também houve uma vitória extremamente significativa. Para expor o que tenho em mente, vou tomar por base o corpo docente. Tenho dito em algumas discussões que estamos assistindo a uma mudança de paradigma no que se refere aos referenciais do trabalho universitário.

Antigamente, *in illo tempore*, a figura central era o catedrático, plenipotenciário e absoluto. O catedrático, como o nome dizia, dava aulas e escrevia artigos ou livros. Não é que não houvesse pesquisa. Mas o perfil do trabalho universitário era definido pela cátedra.

Depois, veio a minha geração, a dos pesquisadores que dão aula. Houve tempo até em que o trabalho de dar aulas caiu para segundo plano — pelo menos nos esquemas de avaliação institucional, mas acho que mesmo entre muitos professores. Isto coincidiu também com uma política de terra arrasada, sobretudo depois de 1964, em relação aos ensinamentos fundamental e médio — o público e gratuito, naturalmente. E de privatização intensa do ensino superior. Ou seja, a figura do professor ficou desprestigiada.

“Houve uma recuperação de identidade, para nós mesmos e para a sociedade: somos trabalhadores universitários, temos nossos padrões, temos direito à democracia, direito à autonomia”



Hoje, nos nossos tempos de políticas neoliberais galopantes, os pesquisadores que dão aula vêm enfrentando novo e sutil paradigma, que os transforma em gerentes de recursos, e gerentes inclusive de recursos humanos. Gerem-se bolsas, dão-se pareceres sobre reservas técnicas, disputam-se ferozmente verbas de pós-graduação, captam-se financiamentos, delineiam-se convênios. Nem tudo nisso é necessariamente ruim, mas a pouco e pouco são essas atividades — aliadas à carga administrativa — que vão definindo o perfil do vínculo à universidade. De modos variados, essas mudanças tocam também os estudantes, vistos progressivamente como consumidores ao invés de cidadãos, e aos funcionários técnicos e administrativos,

vistos como coadjuvantes de uma ópera de insumos.

Neste sentido, a greve foi um basta, e um alerta. Não é à toa que o símbolo maior desta greve de 2000 tenha sido as Aulas na Greve. Houve uma recuperação de identidade, para nós mesmos e para a sociedade em geral: somos trabalhadores (nisto incluem os estudantes) universitários, temos nossos padrões, temos direito à democracia, temos direito à autonomia, e a autonomia de uma universidade é um bem público, cuja utilização e sentido devem ser discutidos de público, em praça pública, como foi durante estas Aulas na Greve, como foi já nas primeiras manifestações e lutas pela autonomia das universidades, em Paris e Bolonha, quase um milênio atrás.

Espero que os leitores das pri-

meiras linhas deste artigo, se até aqui resistiram, não pensem, pelo exemplo de Espartaco, estar eu dizendo que apenas as causas com perspectiva de vitória devam ser defendidas. Quem lutou contra a ditadura sabe que, como no caso aventado, por vezes é necessário lutar em posição desesperada confiando em que o futuro resgate o que passou. Mas isso não elimina a necessidade de pensar e aquilatar o que, de fato, tenha se passado.

A greve ajudou a recuperar o espaço coletivo de pensamento e ação. Ela provou ser, além de um instrumento legítimo e útil de luta, uma espécie de transformador, que capta energias do passado e com elas reabre caminhos de futuro.

Em se tratando de energia, sabendo usar, não vai faltar. 